



Mediatização como processo interacional de referência

José Luiz Braga

Resumo: O artigo aborda a mediatização como o conjunto de reformulações sócio-tecnológicas de passagem dos processos mediáticos à condição de processualidade interacional de referência y se desenvolve em dois aspectos principais. No primeiro, aborda o processo de transição de um sistema para outro, incluindo aí algumas características da mediatização como processo interacional. No segundo, apresenta a tese de que a mediatização deve ser considerada estruturalmente incompleta enquanto processo interacional, ilustrando o argumento com seis ângulos de incompletude que indicam a necessidade um trabalho diretamente sobre a construção social dos próprios processos de interação.

Palavras-chave: Mediatização - Processos interacionais - Construção da realidade

The article approaches mediatização as the collection of techno-social reformulations mediatic processes' passing to the condition of referential interaction processuality. The article develops itself later on in two main aspects. In the first, approaches the transition process of one system towards the other, there included some characteristics of mediatização as interaction process. In the second, it presents the thesis that mediatização must be considered structurally incomplete while interactional process, illustrating the argument with six different angles of incompleteness, which indicate the necessity of a work directly on the social construction of the interaction processes themselves.

Key words: Media - Interaction process - Reality construction.

Resumen: El artículo aborda la mediatización en tanto que conjunto de reformulaciones socio-tecnológicas de pasaje de los procesos mediáticos a la condición de procesualidad interaccional de referencia y se desarrolla en dos aspectos principales. En el primeiro, aborda el proceso de transición de un sistema para otro, incluyendo ahí algunas características de la mediatización como proceso de interacción. En el segundo se presenta la tesis de que la mediatización deve ser considerada estruturalmente incompleta enquanto proceso interaccional, ilustrando el argumento con seis ângulos de incompletud que indican la necesidad de un trabajo directamente sobre la construcción social de los próprios procesos de interacción.

Palabras clave: Mediatización - Procesos interaccionales - Construcción de la realidad.

José Luiz Braga é professor no programa de pós-graduação de Comunicação da Unisinos.
e-mail: jlbraga@via-rs.net

Introdução¹

A palavra “mediatização” pode ser relacionada a pelo menos dois âmbitos sociais. No primeiro, são tratados processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo *lógicas da mídia*. Aqui, pode-se falar em mediatização de instâncias da política, do entretenimento, da aprendizagem.

Já em um nível macro, trata-se da mediatização da própria sociedade – tema que tem ocupado com frequência as reflexões da área. É nesse segundo nível de abrangência que vamos tratar a questão.

Em texto anterior (BRAGA, 2000) expus minha perspectiva de que os estudos da Comunicação se definiriam pelo objeto “processos de interação social” – mas reconhecendo uma centralidade da mídia na construção do objeto comunicacional contemporâneo. À época, embora tenha apresentado argumentos para essa centralidade, não desenvolvi a percepção. Agora, com base em pesquisa recente (BRAGA, 2006), creio poder desenvolver de modo mais articulado o relacionamento entre os dois objetos, mídia e interação social.²

Essa articulação pode ser sintetizada na perspectiva contida no título deste artigo, Proponho abordar a mediatização como processo interacional em marcha acelerada para se tornar o processo “de referência” – o que corresponde a dizer que não assumimos o processo como estabelecido, embora em estado avançado de implantação. Essa perspectiva de incompletude parece ser relevante, hoje, para uma boa compreensão do fenômeno. Assim, seria mais exato adotar o título (descartado apenas pela extensão): mediatização como reformulações sócio-tecnológicas de passagem dos processos midiáticos à condição de processualidade interacional de referência.

Algumas reflexões preliminares são requeridas para explicitarmos nosso eixo. Inicialmente, devemos caracterizar o que estamos denominando “processo de referência”. A expressão, em parte, decorre de considerarmos determinados processos como principais, tenden-

¹ Versão revista de artigo apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, do XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, São Paulo, em junho de 2006.

¹ BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. *Constituição do Campo da Comunicação*, in Antonio Fausto Neto et al. (orgs) *Práticas Midiáticas e Espaço Público*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 23-50.

AIDAR PRADO, José Luiz e Edilson CAZELOTO. *Relato crítico do texto Sobre a mediatização como processo interacional de referência*, de José Luiz Braga, na versão apresentada no GT Comunicação e Sociabilidade, XV Compós, Bauru, junho de 2006 (5 p.)

cialmente prevalecentes. Os demais processos interacionais (que não sejam considerados “de referência”) teriam estes como parâmetro, se refeririam a eles como critérios de validade e definidores de lógicas centrais. Um processo interacional “de referência”, em um determinado âmbito, “dá o tom” aos processos subsumidos – que funcionam ou passam a funcionar segundo suas lógicas. Assim, dentro da lógica da mediatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem mas se ajustam.

Isso quer dizer que tais sistemas e processos não simplesmente “substituem” outros – mas absorvem, redirecionam e lhes dão outro desenho (que inclui, parcialmente, o anterior). Assim, dentro da cultura escrita, quando processo interacional de referência, permaneceram espaços de interacionalidade genuinamente “oral”. Ou seja: o fato de que um processo interacional se torne “de referência” não corresponde a “anular” outros processos, mas sim a funcionar como “organizador principal da sociedade”. Por outro lado, a inscrição social de processos interacionais que deixaram de ser hegemônicos se modifica – mesmo que as práticas pontuais para “transmissões” específicas continuem muito semelhantes ao que já eram. Na cultura mediatizada, permanecem espaços de interacionalidade em que os padrões da escrita se mantêm.

No parágrafo acima aparece, já, um segundo caracterizador do que denominamos de “processo interacional de referência”: não se trata apenas de hegemonia na preferência por determinados modos de interação; mas também de uma perspectiva de *organização da sociedade*. Entendemos que os processos interacionais de referência são os principais direcionadores na construção da realidade social.

Nessa perspectiva, a mediatização não oferece apenas possibilidades pontuais de fazer coisas específicas que não eram feitas antes (ou eram feitas de outro modo); ou apenas problemas e desafios igualmente pontuais. O que parece relevante, em perspectiva macro-social, é a teoria de que a sociedade constrói a realidade social através

³ BERGER, Peter e Thomas LUCKMANN. [1966] *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.

de processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam. Esta proposição da sociologia do conhecimento tem uma formulação abrangente e detalhada na obra, já clássica, de Berger & Luckmann (1983 [1966]).³Construímos *socialmente* a realidade social exatamente na medida em que, tentativamente, vamos organizando possibilidades de interação.

Adotada essa perspectiva, fica evidente que a sociedade se constrói diferentemente conforme os processos interacionais a que dá maior relevância e hegemonia. O que nos habituamos a chamar de “cultura escrita” corresponde a uma circunstância histórica centrada na Europa da instauração burguesa, em que determinados padrões político-sociais e culturais da escrita foram desenvolvidos como processo interacional de referência. A escrita acede a um certo padrão de hegemonia e a oralidade, longe de se restringir, passa a ser elemento complementar “a serviço” de processos e lógicas da escrita – particularmente na socialização secundária.

Quando falamos em “cultura escrita” não estamos nos referindo apenas aos *materiais* caracterizados pela palavra impressa (livros, jornais, correspondência, etc.) nem apenas aos *momentos específicos* em que um leitor foca o olhar sobre tais materiais (momento concreto da leitura). Inclui-se no processo toda interação social que, de algum modo, faz referência direta ou indireta às coisas escritas; toda processualidade que só pode existir porque, em algum lugar, há uma base escrita que dá sustentação (lógica, jurídica, moral, referencial, psicológica, cultural, etc.) ao que se processa – e que, portanto, não existiria ou sequer seria pensado sem tal referência. Assim, uma boa parte das práticas de oralidade, na sociedade contemporânea (notadamente européia), funciona segundo uma “lógica da cultura escrita”. Só vivemos uma cultura escrita quando os processos interacionais correlatos, interiorizados, constituem nosso ser socializado.

O ingresso do indivíduo em uma sociedade corresponde a sua socialização – o que implica processos mais ou menos longos de aprendizagem e formação. Nas

interações de oralidade, a linguagem (como dispositivo interacional) é aprendida sobretudo na socialização primária, em ambiente de forte pessoalidade; mas também nas demais interlocuções do grupo humano. Para as interações da escrita, na sociedade contemporânea, o dispositivo interacional básico é já desenvolvido “na escola” – através de processo bastante sofisticado de preparação para a realidade – “instruções de uso” são socialmente passadas na experiência vivida, entretanto largamente conduzidas por processos escolares.

Ou seja – na construção da realidade efetuada pela cultura escrita, a sociedade tem que ser longamente “preparada” tanto para os processos de produção como de “leitura”. Por isso mesmo, não se colocava, até o século XX, a questão do “leitor ativo” – este o era “por definição”, pois tinha sido preparado para isso. Apesar da ausência de retorno (interatividade estrita) no livro, não havia sentido em pensar o leitor como “passivo”. A sociedade se encarregara de “formá-lo para essa leitura”.

A “escola republicana” na Europa foi um desdobramento lógico na formação letrada para uma instauração da cultura escrita como processo interacional de referência. Para se tornar hegemônica, nas condições históricas da instauração burguesa na Europa, era necessário que o acesso aos processos da escrita se tornassem abrangentes (idealmente, universais). Além da formação republicana, a escrita também se organizou em termos de “maior facilidade”, até que todos ou quase todos pudessem participar (é o caso, por exemplo, da *Bibliothèque Bleue*, na França).

A situação em que nos encontramos, a partir dos desenvolvimentos interacionais ocorridos substancialmente no século XX, poderia ser então descrita como uma transição da escrita enquanto processo interacional de referência (nos países centrais da instauração burguesa) para uma crescente mediatização de base tecnológica. Nossa reflexão, neste artigo, se articula em dois aspectos básicos: lógicas da transição (incluindo aí algumas características que parecem marcantes quando consideramos a mediatização como processo interacional); e a tese de que tal processo deve

ser percebido como não completamente estabelecido.

* * *

Antes de seguir adiante, é importante fazer a ressalva de que só podemos falar em “oralidade”, “escrita” e “mediatização” como processos interacionais, nos termos abrangentes aqui adotados, devido ao nível de abordagem abstrato no qual desenvolvemos apenas proposições genéricas. Não se deve perder de vista a perspectiva de que tais processos interacionais *se realizam* de modos bastante diversos em sociedades específicas.

Lógicas da transição

Podemos assumir que a sociedade não apenas produz sua realidade através das interações sociais a que se entrega; mas igualmente produz os próprios processos interacionais que utiliza para elaborar sua realidade – progressivamente e a partir de expectativas geradas nas construções sociais anteriores; e também, em seguida, por processos autopoiéticos assim desencadeados.

Um elemento central na construção da realidade é que toda produção concreta do humano e do social gera expectativas não atendidas. Essa decalagem entre o atingido e o não-atingido funcionaria como motor, como dinâmica, que move a contínua produção de realidade. Será desnecessário enfatizar que tais expectativas e tais decalagens se manifestam tanto no plano social como no plano individual, em remissão mútua.

Berger e Luckmann consideram que “a dialética se manifesta na limitação mútua do organismo e da sociedade” (1983, p. 237). Podemos complementar com a proposição de que nos processos reiterados entre as lógicas estruturais do avanço tecnológico versus expectativas e usos concretos da sociedade, ocorre também uma dialética de imposições e limitações mútuas.

Um primeiro passo do desenvolvimento da mediatização é a criação de tecnologias para atingir objetivos sociais e interacionais do mundo da escrita e da instauração burguesa “inicial”. Alguns fazeres específicos dos pro-

cessos mediáticos derivam de objetivos dessa sociedade por definição pré-mediática. Nesse primeiro momento, podemos observar objetivos como: maior abrangência de envolvimento, geográfica e populacional; maior rapidez nas comunicações; maior permanência das mensagens (registro); maior diversidade de captura, objetivação, transformação, transmissão e circulação de tipos de informações e comportamentos – possibilitando usá-los diretamente em interações sociais (v.g. sons, imagens, gestos, ambientes,...); busca de adesão mais direta e mais rápida a proposições dominantes (hegemonia); ampliação de consumo; maior agilidade e rapidez na captação de informações e de comportamentos sociais.

Simplificadamente, poderíamos dizer que a busca de tais objetivos leva a uma crescente tendência no sentido de que as interações sociais se tornem diferidas e difusas, através de desenvolvimento tecnológico.

Outro passo corresponde a deslocamentos de processos tecnológicos para fora de sua ação prevista nesse desenvolvimento – o que ocorre constantemente, a partir de expectativas e motivações sociais outras, estranhas ao momento da invenção. Nesse passo, a mediatização aparece como processo social *gerador* de tecnologia. É relevante, aqui, apontar o interesse desta ênfase como complemento dialético da ênfase inversa, mais habitual – em que a mediatização aparece como um processo “decorrente” da tecnologia.

A partir de um certo ponto, as lógicas inerentes à processualidade “em implantação” se alimentam a si mesmas – as tecnologias se desenvolvem segundo tais lógicas, até porque estas não estão apenas “na tecnologia”, mas já na sociedade. Os setores sociais interessados agem no sentido de ampliá-las, aperfeiçoá-las, completar sentidos, suprir lacunas. Não desconhecemos que, hoje, uma parte da invenção se alimenta a si mesma – antes de *necessidades sociais* serem claramente percebidas. Assim, podemos dizer que, em processo de mediatização, há uma “necessidade de tecnologia” por si mesma. A demanda apriorística por “mais tecnologia” se faz já dentro da mediatização, que

por sua vez se põe dentro da tecnologização crescente da sociedade. Isso significa que temos um processo *em andamento* (e já não mais “inicial”) na “mediatização”.

Encontramos, portanto, três momentos da “proposição” tecno-midiática: (a) invenção para atender a um “problema” percebido na situação social prévia àquela tecnologia; (b) deslocamento ou transbordamento para outras situações, em decorrência da disponibilidade da invenção e de sua derivação para outros usos, levando a outros desenvolvimentos tecnológicos; e finalmente (c) um momento em que o sistema se torna autopoietico – deixando de ser dependente de dinâmicas “anteriores” (pré-mediatização), que tinham sido necessárias e suficientes para desencadear processos.

Os processos tecnológicos e operacionais de interação, disponibilizados através de mediatização crescente da sociedade, abrem possibilidades sociais. *Os modos* segundo os quais a sociedade (por seus diferentes setores, segundo seus variados objetivos) realiza, escolhe e direciona aquelas possibilidades, *é que compõem* a processualidade interacional/social que vai caracterizar a circulação comunicacional – logo, a construção de vínculos, de modos de ser, do perfil social a que chamamos de “realidade”.

O processo de mediatização (cuja história é, naturalmente, muito mais complexa e sujeita a variações contingenciais de país a país) corresponderia, grosso modo, a esta “evolução” de implantações técnicas a serviço de objetivos de sociedade “anteriores” para derivações autopoieticas na elaboração de lógicas próprias.

É claro que os interesses econômicos capitalistas tenderão sempre a subsumir os processos sociais às formas mais favoráveis à industrialização (ao modo de produção). Entretanto, entendemos que tais determinações não são totalizantes nem excludentes de outros processos sociais relevantes, na produção da realidade social. Assim, o modo como a sociedade venha a trabalhar as incompletudes de processo (e, de nossa parte, na academia, os esforços de conhecimento das lacunas e da práxis social) é fundamental para as futuras direções do processo.

Assumimos que, embora o processo possua “lógicas” mais ou menos inerentes, que se desdobram de suas origens (isto é – que estão *implicadas* em suas origens tecnológicas e em suas origens de processo econômico de produção capitalista), tais lógicas não são totalmente deterministas – assim, podem ser socialmente direcionadas e pelo menos parcialmente “evoluir” segundo ações e experimentações em um ou outro sentido, por ensaio-e-erro e por direcionamento social.

* * *

No estágio atual da mediatização, algumas características podem então ser percebidas como derivações de lógicas anteriores de interação, outras, como desenvolvimento de lógicas próprias. Não se demarcam apenas como modos de organizar e transmitir mensagens e de produzir/transportar significados; mas também e sobretudo como modos segundo os quais a sociedade se constrói. São padrões para “ver as coisas”, para “articular pessoas” e mais ainda, relacionar sub-universos na sociedade e – por isso mesmo – modos de *fazer as coisas* através das interações que propiciam.

Alguns destes fazeres já eram, pelo menos parcialmente, atendidos pelos processos da escrita. Com a mediatização, além de se desenvolverem em eficiência, geram diferenciações qualitativas. Até um certo ponto, as lógicas de interação mediatizada se elaboram como derivação e redirecionamento das lógicas da cultura escrita. Hoje, revendo a história das interações sociais, é possível construir uma perspectiva segundo a qual se verifica uma crescente busca de maior abrangência/alcance/ duração – que leva a processos diferidos e difusos – e representam mediatização crescente, com inclusão sempre adicionada de novos elementos e de processos, assim como um maior atingimento e ampliação em termos de participantes e de participação.

⁴ Especificamente: em Seminário Prosul, realizado em Bogotá, fevereiro de 2006, na Universidad Nacional, do qual participaram várias universidades colombianas; e em junho de 2006, no GT Comunicação e Sociabilidade da XV Compós, na UNESP, Bauru.

Em apresentações de uma versão anterior deste artigo⁴, recebi algumas objeções preciosas, que estimularam esclarecimentos e revisões do texto. Em relato crítico apresentado por escrito (como é o padrão no congresso

da Compós), Aidar Prado e Cazeloto observam, sobre a distinção que faço entre a cultura escrita e a mediatização enquanto processos interacionais, que “a cibercultura é a continuação dos processos de inscrição simbólica, que poderiam continuar a se chamar escrita”; e que a escrita “teria sido já um processo de mediatização, em que havia, porém, o corte entre alta cultura e cultura popular” (2006, p. 3).

Assinalo um forte acordo com essa perspectiva – percebendo que talvez a formulação original do artigo não o deixasse claro. As características do processo de mediatização, agora reelaboradas, assinalam com mais clareza (espero) os elementos de continuidade entre escrita e “mediatização” – como por exemplo uma inscrição da sociedade em processos diferidos e difusos (tanto na produção como no retorno). A tal ponto que podemos incluir os processos da escrita – notadamente o livro e o jornal impresso – como formas preliminares e especializadas de mediatização da sociedade (o que era “o essencial” na cultura escrita pode ser revisto e reconstruído, agora, como parte preparatória em um processo de passo mais largo). Por outro lado, as distinções trazidas pela mediatização contemporânea (com diferimento e difusão da imagem, com fortes componentes tecnológicos eletrônicos, etc.) estão relacionadas a processos interacionais bastante diferenciados com relação à escrita (como espero enfatizar nos próximos parágrafos). A própria proposição acima citada, ao referir o corte (interacional) entre alta cultura e cultura popular, aponta uma especificidade da cultura escrita que contribui para a compreensão de nosso objeto.⁵

* * *

Os processos diferidos e difusos crescentes são marca especial da mediatização. A escrita já possibilitou largamente tais tipos de processo – liberando a sociedade de complexas redes baseadas exclusivamente na pessoalidade. No mundo da escrita, porém, o diferido/difuso se organiza sobretudo segundo “espaços de especialidade” – solicitando e gerando conhecimentos, atitudes, comportamentos interacionais, deontológicos – lógicas, em

⁵ O relato citado, de Aidar Prado e Cazeloto, traz alguns desenvolvimentos sobre especificidades, em ângulos adicionais aos que proponho, e que são de particular relevância. Não temos, porém, espaço e âmbito no presente artigo para comentar.

suma, segundo as quais as determinações se fazem – na elaboração das mensagens diferidas, na circulação das mensagens difusas e nas re-determinações feitas pelas leituras que “completam” o sentido.

Com a mediatização, a processualidade diferida e difusa adquiriu diferente amplitude e diversas qualidades adicionais. Uma delas é a possibilidade de “mostrar”, por representação da imagem e/ou do som, os objetos e situações. Tais processos, antes dos inícios da mediatização tecnológica eram acessível através de total dependência da palavra (ou seja – por transposição); enquanto que, com a mediatização, a palavra suporta, complementa e faz avançar os processos, mas não é responsável pela “totalidade” de passagem da objetivação (do objeto ou da experiência objetivada).

Com as possibilidades da imagem e do som, a exposição de situações estimuladoras de experiência vicária se amplia, enquanto objetivações postas a circular na interação social. Assim, quando antes se construía a realidade através de interações sociais baseadas essencialmente na expressão verbal, é possível hoje objetivar e fazer circular imagens (referenciais ou imaginárias), sons e, particularmente, “experiência”.

* * *

Um dos objetivos da mediatização parece ser o de abreviar o tempo de circulação (no sentido econômico, de circulação de mercadorias – inclusive, é claro, do próprio produto cultural). Por outro lado, verifica-se que, no sentido interacional, a circulação de objetivações se propaga para muito além do completar o circuito econômico. Assim, a “circulação social” que caracteriza os processos mediáticos, além de ultrapassar o nível de mercado, ultrapassa também o mero uso transmissivo e o “momento de contacto”. Através de retomadas sucessivas e de re-objetivações, o que “faz a mídia” é questão social e gera processos que dizem respeito a nossos modos de ser, passando a fazer, nuclearmente, parte da sociedade, quer sejam positivos ou negativos.

* * *

Com a profusão de objetivações diferidas – registros nas mais diversas formas, dos mais variados materiais – colocam-se questões específicas para que tais materiais funcionem efetivamente a serviço das interações que constroem a sociedade. Devem ser disponíveis e acessíveis, deve ser possível (em momentos diferidos e a partir de buscas difusas) recuperar as informações objetivadas. Isso já se coloca no que se refere à escrita – gerando as bibliotecas como espaço de conservação, sistematização e recuperação. Os materiais audiovisuais vêm sendo (lentamente) incluídos nas bibliotecas, exigindo uma reconceitualização destas para a solução dos problemas específicos, práticos e teóricos, que colocam. Com o desenvolvimento da informática, todos os materiais objetivados segundo as técnicas da mediatização passam a dispor de comparáveis processos. Assim, as interações sociais passam a comportar uma freqüente passagem por articulações complexas entre participantes da sociedade e o acervo diverso de dados (também inscritos por esta mesma sociedade). Interagir em sociedade passa, crescentemente, a ser tratado ao modo de interações com o acervo dinâmico da rede informatizada e ao modo de referências a este acervo.

* * *

Outra característica do processo de mediatização bastante estudada é a tendência à descontextualização. Para que objetivações sociais circulem em âmbito diferido e difuso com pertinência, é preciso que se elaborem com alguns graus de abstração das contingências específicas caracterizadoras dos momentos de elaboração expressiva. Isso já é desenvolvido nas interações da escrita, quando o texto deve se tornar, justamente, abstrato.

Mesmo nas interações face a face, como observam Berger e Luckmann, a linguagem “ao mesmo tempo em que tipifica também torna anônimas as experiências pois as experiências tipificadas podem em princípio ser repetidas...” (p. 59). Entretanto, com a mediatização, até as referências mais “personalizadas” tornam-se anônimas

e tipificadas, pelo desprendimento estrutural das contingências, que só serão reconstruídas pelo “receptor”.

Conforme o tipo de material expressivo, é claro que este pode construir sua própria contextualização – isto é, conter as instruções contingenciais requeridas para sua “decodificação” (isso se manifesta notadamente na literatura). Ou, eventualmente, é a própria série intertextual de objetivações de mesma natureza que constrói as práticas de leitura que permitem a boa compreensão e as pistas de pertinência. Não é por acaso que uma grande parte das objetivações mediatizadas buscam um débito serializado.

Enfim, toda uma variedade de procedimentos são, inventivamente, gerados para viabilizar a circulação de produtos mediatizados assegurando sua interpretação na ausência de pistas contingenciais (de que dispomos, tipicamente, nas interações face a face). O que importa assinalar, aqui, é esta situação em que a mediatização, como processo interacional, constitui realidades sociais fortemente marcadas por jogos variados e sutis entre objetivações contingencialmente indeterminadas (que não são “definidas” por conjunturas específicas) e um trabalho necessário, em diversos níveis, de re-determinação contingencial – isto é, processos que repõem em circulação aquelas mensagens refazendo articulações com contingências específicas dos usuários para gerar sentido e pertinência. Ocorrem aí, sucessiva e imbricadamente, momentos de “passagem à indeterminação” e momentos de “passagem à determinação em conjuntura”. Podemos considerar estes processos de re-determinação como um trabalho de “edição” do material objetivado mediaticamente, pelo usuário que o (re)inscreve em sua conjuntura, realizando articulações através das mediações que acione.

* * *

Uma expressão que tem concentrado bastante atenção, quando se aborda a mídia recente, é “interatividade”. A palavra parece ser usada como um “divisor de águas” – separando processos “não interativos” dos “interativos”, com forte valoração positiva no segundo

caso e negativa no primeiro. Já criticamos, em artigo anterior (BRAGA, 2000) tanto a clivagem radical como a valoração estereotipada. Na verdade, a interatividade res-trita (respostas pontuais, especificamente de retorno direto ao pólo produtor/emissor) é relativamente rara e compõe apenas uma parte da complexa interacionalidade social da mediatização.

A Internet, na verdade, viabiliza e/ou acelera e amplia aquilo que assinalamos como “interatividade difusa”: as “respostas” não são tipicamente de retorno direto pontual (interatividade “conversacional”) – são antes *repercussão – redirecionamento – circulação de reações para âmbitos difusos e difusos*. Nessa circulação, é claro que o pólo emissor acaba também entrando no circuito (e o faz até no seu próprio interesse de sintonia). Mas é claro que, aí, recebe as respostas de um modo completamente diferente daquele que seria associado a um retorno ponto-a-ponto. Trata-se, agora, de recebimento de alguma coisa que se tornou “social” (disponível em modo diferido e difuso). Ou seja – as respostas desenvolvidas pelo sistema interacional mediático, mesmo com o desenvolvimento de tecnologias digitais de retorno ponto a ponto, são respostas potencialmente diferidas e difusas. A “impressão” de conversacionalidade é antes uma lógica de sistema para viabilização da inserção “de tipo individual”.

Certamente, o que interessa mais (como questão a ser aprofundada através de pesquisa) seria a dialética entre essas duas processualidades – dialética que viabiliza um jogo complexo entre o individual e o social, entre descontextualização e recontextualização. Como indivíduo, disponho de processos “pessoais”, isto é, da interatividade de tipo conversacional – não diferida ou curtamente diferida, como e-mails; e não difusa (ponto a ponto) ou curtamente difusa (*blogs*) como primeiro passo do fluxo; e através desses processos ganho espaço e ponto de articulação para interações sociais mais amplas – assim como também sou ganho pela lógica do processo “principal” para fazer parte do hiperfluxo.

* * *

Isso nos leva a outra característica, em que o dife-rido/difuso da mídia se demarca bastante de tal ocorrência na escrita (quando processo interacional de referência) – o foco no receptor. Na rápida reflexão sobre a cultura escrita, consideramos que, nesta, o âmbito da expressão é predominante. As objetivações sociais (que viabilizam as interiorizações) se fazem segundo um enfoque “especializado”. Para que, na recepção, o interlocutor possa participar, sua socialização requer uma formação avançada, tanto nos processos da linguagem escrita como nos gêneros e especialidades que compõem, dentro da sociedade, sub-universos nos quais os “usuários” (interlocutores) devem apresentar um bom preparo mesmo quando interagem a partir da recepção.

Com a abrangência oferecida pela mídia moderna, os âmbitos de circulação ultrapassam largamente sub-universos especializados. O próprio objetivo de abrangência leva a uma forte ênfase do pólo receptor, ao serem desenvolvidas as objetivações. Claro que os objetivos de expressão, de objetivação, de controles estruturais, de formação de grupos de compartilhamento “interno” (sub-universos em Berger e Luckmann, campos sociais em Bourdieu) – tudo isso continua vigente e forte, como geração de processos sociais. Mas não é menos verdadeiro que tais espaços, para articulação entre sub-universos e para encaixe na sociedade geral, não podem mais prescindir (até mesmo para desenvolver sua hegemonia) de sintonizar o pólo receptor.

Todo esforço recente de processos de “amigabilidade” na mídia (particularmente informatizada, mas não só) caracteriza e reforça a ênfase no âmbito do usuário. A palavra “amigável” passou a exprimir justamente uma elaboração para superar a necessidade de pré-formação nas especificidades e peculiaridades da “linguagem” e dos processos segundo os quais a interação deve se desenvolver.

* * *

O tratamento em comum de “realidades” diversas passa a ser uma parte substancial das objetivações e de sua circulação. No mundo da escrita, sub-universos

relativamente consistentes dentro do espaço social (realidades setoriais), se desenvolvem em padrões aproximadamente *ad-hoc* para aquele tipo especial de interação (embora em comutação com a realidade social geral) – o sistema da saúde, o sistema educacional, o mundo comercial, o jornalismo e, em geral, os espaços profissionais especializados.

Com a mediatização, aquelas “realidades” são *aproximadas* (no que se refere a seu modo de objetivação) e adquirem uma circulação acelerada *nestes termos*. Têm sido estudados os problemas e desafios colocados por tais aproximações. A relativização dos diversos mundos em que um indivíduo pode se envolver se torna mais evidente – no espaço mesmo do senso comum, não apenas por reflexão teórica, mas também pela simples experiência mediatizada das coisas.

* * *

Outra questão, correlata, é a da “deslegitimação” de padrões esotéricos segundo os quais campos especializados se relacionam com a sociedade em geral. Uma das coisas que a mídia faz é deslegitimar exaustivamente, ao expor os diferentes “sub-universos” uns aos outros – já que um dos modos de manutenção de um campo social é justamente a construção de relações esotéricas. Faz parte das relações esotéricas assumir alguns “conhecimentos” como acessíveis apenas aos “iniciados”. Além disso, na manutenção do campo social, o processo de se expor a olhos “estranhos” se desenvolve nos termos e maneiras próprias do campo “esotérico” (pensar na medicina, por exemplo). Ora, a mídia, justamente, em vez de tratar de qualquer campo especializado nos termos deste (que é o campo da expressão) trata-o nos termos da recepção (ou nos termos que os profissionais da mídia consideram que seja o da recepção). Assim, nos dois aspectos (reserva de conhecimentos e modos de exposição) a mídia “deslegitima”. Isso não depende de que a mídia exerça uma função crítica ou fiscalizadora. A mediatização realiza uma “deslegitimação” de outros campos sociais na medida em que, agora, estes não conseguem mais se subtrair “por

distanciamento” do público geral, nem manter uma proteção “esotérica” para suas lógicas “de campo”. “Tudo” se expõe, logo tudo se torna aberto ao esquadramento, se torna “familiar” a todos.

* * *

As características acima resumidas não são apresentadas como essências definidoras da mediatização – a melhor perspectiva para trabalhar com estas percepções (que estão, em maior ou menor grau, estabelecidas na área da Comunicação) é utilizá-las como ângulo de prospecção – procurando perceber se e como se realizam de modo específico a cada caso concreto em observação, no qual podem se apresentar com valores positivos ou negativos.

* * *

Com tais características, entre outras, a mediatização é largamente responsável, como sabemos, pela constituição do tecido social. No próximo item assinalaremos, contudo, alguns ângulos em que tais processos se apresentam como lacunares. Um dos objetivos do presente ensaio é o de sublinhar a possibilidade de um ângulo da crítica social-mediática (que, no nosso entendimento, faz parte do sistema de resposta social sobre a mídia) diverso da crítica de tipo apocalíptico – pois corresponde a “cobrar” da mediatização determinadas direções e valores, para isso buscando compreender suas próprias lógicas para desenvolver restrições e apontar lacunas.

Processos lacunares

O processo de mediatização da sociedade se encontra tão desenvolvido que freqüentemente já é assumido como modo dominante. Fala-se assim em “sociedade mediática” e “sociedade mediatizada” para referências ao tempo presente. Se é verdade que o processo se encontra em marcha acelerada para se tornar o processo interacional de referência – como observamos desde o início deste artigo – isso não significa, porém, que essa predominância esteja completa.

Talvez devêssemos, com mais exatidão, considerar que a mediatização social já é dominante em múltiplos processos transmissivos e interacionais (pela diversidade e pela abrangência de sua penetração social) – mas ainda não conseguiu atender a vários requisitos de articulação e plausibilidade que são cobrados por sua própria lógica enquanto processo interacional. A incompletude, além de insuficiências de atendimento, é relacionada a riscos de deformação interna da realidade constituída por seus processos.

A proposição de incompletude não se refere apenas à resistência de processos sociais baseados na escrita e na oralidade (e processos correlacionados a estes); nem apenas aos limites de cobertura tecnológica e de acesso social à tecnologia. É claro que estes aspectos são relevantes (até porque participam, por seu tensionamento, do direcionamento na construção dos processos da mediatização) – mas já têm sido bastante estudados como limitadores, como desafios ou como base para recusa de processos mediatizados. Creio que se podem perceber, além destas incompletudes, limites nos processos de mediatização *enquanto processo interacional* com consistência para dizer a realidade.

Na versão preliminar, este item recebeu o título de “incompletude”, o que levantou objeções. No seminário da Universidad Nacional, um professor assinalou que uma pretensão de completude possível (o critério a partir do qual se poderia falar de “incompletude”) corresponde a uma lógica da cultura escrita (racional, iluminista). Aídar Prado e Edílson Cazeloto assinalam, também:

Falar em incompletude é pensar o mundo contemporâneo pelo ‘negativo’, como transição a um modelo ‘positivo’ caracterizado pela ‘completude’. O que propomos é que a sociedade mediática pode estar em vias de se tornar hegemônica, sem se tornar ‘completa’, ou seja, pode fazer do ‘gap’ entre expectativa e realização [...] seu próprio modo de exercer a hegemonia. (p. 4)

Não há como discordar. Creio, porém, que a questão é sobretudo semântica - decorre, possivelmente, de uma interpretação em que se considere “completude”

enquanto “fechamento discursivo completo”. Não pretendemos que sequer a cultura escrita possa se dar por completada, nesse sentido. A proposta de “incompletude”, neste artigo, apenas assinala uma dimensão dinâmica em que (a) entendemos que a sociedade não vive (ainda) uma situação de predominância de processos mediatizados *enquanto processo interacional de referência* (em um sentido abrangente, de que participa o mundo da vida – especificaremos esse ponto adiante); (b) que a pretendida hegemonia dos processos interacionais conforme lógica mediatizada apresentam lacunas (como expostas a seguir); (c) que não há determinismo tecnológico e econômico *inelutável* diante do qual o mundo da vida sofreria um retraimento inexorável; e (d) que uma das formas de “resistência” (afirmativa) seria justamente fazer avançar o processo (“inacabado”, “incompleto”) segundo dinâmicas *propriamente comunicacionais*.

Uma distinção entre minha visada, no presente artigo, e as perspectivas de Aidar e Cazeloto – e que exponho, aqui, na expectativa de maior esclarecimento das presentes reflexões sobre mediatização – parece referir-se ao âmbito de fenômenos que estariam abrangidos pela expressão “mediatização da sociedade”. O relato de Aidar e Cazeloto assinala que:

[...]do ponto de vista da multidão, o processo de mediatização deve ser brechado e criticado no sentido de indagar porque os movimentos da sociedade civil e da multidão não aparecem muitas vezes nas mídias, ou, quando aparecem, são tratados como alteridade perigosa ou indesejada (MST na *Veja*, por exemplo). Assim sendo, não se trata de incompletude, mas de resistências pontuais, vigi-lantes, da multidão, em relação ao processo de mediatização, lá onde as mídias estão incorporadas ao biopoder. (p. 3).

Infiro que a expressão “processo de mediatização” é usada, aí, para referir a processualidade *das mídias* (ou seja, do sistema participante do “biopoder”). Na minha perspectiva, diversamente, incluo na expressão “mediatização” (correlata a “processos mediáticos”) também e particularmente essas “resistências pontuais, vigilantes, de multidão” – que entendo não serem apenas de resistência ao processo geral – mas a determinados usos do-

minantes do processo; e que se tornam tanto mais eficazes (como nos casos do MST e do Greenpeace, citados pelos autores) exatamente na medida em que assumem e re-direcionam processos mediáticos.⁶

Assim, os autores consideram “mediatização” em sentido restrito: pelo lado de sua “lógica sistêmica, que coloniza o mundo da vida” (p. 1) – o que certamente é legítimo. Por outro lado, assumo perspectiva abrangente, usando a expressão para nomear um conceito em que o mundo da vida utiliza procedimentos interacionais para resistir e subtrair-se à lógica sistêmica. Assim como utiliza processos marcados pela oralidade e pela cultura escrita para fazê-lo, vai aprendendo a desenvolver também competências de interacionalidade mediatizada (sem o quê, a única resistência possível seria a atitude neo-lúdica). A mediatização da sociedade como processo interacional de referência inclui, então, necessariamente, tais processos, que são mais diversificados e complexos do que apenas “de resistência” enquanto recusa.⁷

A expressão “incompletude”, na minha visada, significa apenas que é possível perceber com clareza grandes espaços vazios de processualidade, práticas sociais tateantes, conhecimento teórico insuficientemente formulado e – particularmente – uma grande inexperiência sociocultural no uso de tais processos. “Incompleto”, não se relaciona, então, à lógica sistêmica colonizadora (esta certamente, como sugerem Aidar Prado e Cazeloto, dotada de uma “incompletude” enquanto modo de realizar hegemonia). Nem estamos falando de “hegemonia *das mídias*” (enquanto mundo sistêmico). Referimos, com a expressão, as insuficiências *interacionais* dos processos mediatizados para elaborar modos consistentes e defensáveis de construção social da realidade *enquanto mundo da vida*. Como se verá a seguir, uma parte das lacunas adiante referidas se refere a exigências do mundo da vida.

A mediatização não pode ser considerada *estabelecida* no mesmo nível em que a cultura escrita foi referência como processo interacional (e ainda é, parcialmente). No desenvolvimento de suas lógicas interacionais (em processo

⁶ Essa perspectiva de inclusão dos processos mediáticos no âmbito da sociedade em geral (e não apenas por sua face de fenômeno industrial) direciona a hipótese prospectiva que fornece o eixo de meu livro recente “A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática” (BRAGA, 2006).

⁷ Substituí o título “incompletude” por “processos lacunares” (esperando que isso não seja um mero truque redacional), para tentar afastar a contraposição. Aceitando a proposição de Aidar Prado e Cazeloto, da incompletude mediática como “um modo de exercer a hegemonia [das mídias]”, sugiro relacionar as lacunas, em sentido diverso, não à “hegemonia *das mídias*”, mas à interacionalidade social – cuja ultrapassagem deve ser reivindicada pelo mundo da vida. Continuarei, entretanto, por facilidade de referência, a usar a expressão “incompletude” para caracterizar esse processo interacional em curso de desenvolvimento.

de instauração), algumas insuficiências vêm sendo “resolvidas” (em processos que fortalecem estas lógicas). Assim, por exemplo, se o processo é interacional, a ausência de retorno é um “calcanhar de Aquiles”. Nessa perspectiva, a Internet é um desdobramento socialmente “lógico” do rádio e da TV a partir das críticas e resistências quanto à “unidirecionalidade”; assim como a segmentação é uma resposta processual aos limites da “massificação”.

Entretanto, os desdobramentos que vêm se apresentando – um grande número dos quais, no setor do desenvolvimento tecnológico – ainda não resultaram em um processo abrangente de plausibilidade aceitável. Mesmo porque, uma boa parte das evoluções depende de práticas sócio-culturais que ultrapassam as possibilidades de incidência tecnológica direta.

Assim, não é surpreendente que se constate a incompletude: estamos ainda nos primeiros passos de um trabalho tecnológico complexo e mutável. Mais que isso, os tempos de filtragem, redirecionamento e sedimentação social, de “cozinha” político-social de tais processos, são necessariamente lentos.

Com a mediatização enquanto processo de progressiva relevância para a interação social, novas repartições de pertinência vão se construindo. Que coisas cabem em que lugares? O que pode e o que não pode ser dito? Que modos, que processos devem ser preferenciais? Há um campo vasto de “reconstrução de processos” e de redistribuições inusitadas, em relação aos padrões habituais. Para ilustrar nossa tese de que a mediatização é incompleta enquanto processo interacional de referência, apresentamos a seguir seis ângulos em que os processos de mediatização evidenciam incompletudes estruturais.

* * *

Com o desenvolvimento da mediatização, gera-se a impressão de que desaparecem as habituais separações entre campos de significação – entre entretenimento e aprendizagem-educação; política e vida privada; economia e afetos; essências e aparências; cultura e diversão. O que

parece melhor descrever a situação é tratar-se de um vasto processo de *rearranjo e construção* de campos.

Uma sociedade “na qual os mundos discrepantes são geralmente acessíveis em uma base de mercado acarreta particulares constelações da realidade e da identidade subjetivas” – o que leva à consciência “da relatividade de *todos* os mundos, inclusive o do próprio indivíduo” (BERGER e LUCKMANN, 1983, p. 227). Isto obriga a “comutações” entre diferentes “realidades” (idem, p. 42). Reduzidas as fronteiras habituais da realidade, com a crescente mediatização, geram-se dificuldades de comutação, logo, dificuldade de *tratar, selecionar e usar* (na falta de “instruções culturais”, que ainda se encontram em elaboração social). A sociedade *vai fazendo*, com as instruções que tem à mão – adequadas ou não – e com o próprio fazer tentativo vão sendo geradas as instruções de rearranjo. A incompletude se evidencia aqui pela *indefinição dos sub-universos* ou setores sociais em que a realidade possa ser apreendida e constituída de modo suficientemente “estável” para viabilizar comutações eficientes.

* * *

Outro aspecto da incompletude é a *dificuldade de percepção de papéis sociais*. Podemos nos perguntar que papéis razoavelmente estáveis estariam se formando na mediatização. Estes podem decorrer da adaptação de papéis anteriores, através de deslocamentos sucessivos; ou serem elaborados por ensaio-e-erro (experimentação social diversificada – em cujos resultados constata-se fracassos e “fixações” evolutivas). Poderíamos considerar que o atual período de mediatização envolve sempre um certo grau de experimentação de papéis, no caminho de institucionalizações, algumas das quais certamente já bem estabelecidas, mas ainda com insuficiente elaboração e distinção.

A cultura escrita “distribuiu” papéis sociais segundo os quais as interações podem ser reconhecidas. Na mediatização, o processo experimental ainda não gerou estabilidade suficiente de papéis para que a sociedade possa situá-los com clareza. Mesmo os papéis relacionados à

vigília social (analistas, críticos, estudiosos, pesquisadores) são ainda bastante preliminares, tendo avançado pouco além da categorização proposta por Eco, entre apocalípticos e integrados – particularmente quando se trata dos desenvolvimentos tecnológicos mais recentes.

⁸ Um exemplo interessante de papel desenvolvido no âmbito mesmo da media-tização é ilustrado pelas ati-vidades do médico Drauzio Varela como

No espaço da ação profissional, o desenvolvimento de papéis parece, também, bastante dependente de ensaio-e-erro e de iniciativas pessoais.⁸

* * *

Um terceiro aspecto da incompletude se manifesta na *ausência de claras articulações de subsunção*: ainda não desenvolvemos articulações solidamente estabelecidas entre as interações mediatizadas, aquelas da cultura escrita e as da presencialidade (que certamente continuarão a existir, re-moldadas por processos mais amplos de interacionalidade social).

Temos então apropriações parciais, redirecionamentos, desencontros. O fato de que um processo interacional se torne predominante não determina a exclusão de outros processos. Em sub-universos específicos, é provável que os processos “locais” de referência sejam outros. Assim, por exemplo, nas sociedades de cultura escrita, a oralidade/pessoalidade permanece dominante em âmbitos relevantes. É o caso da família e da socialização primária. Em outros âmbitos, como na escola, articulações especiais bem sedimentadas se desenvolveram entre a escrita e a oralidade, com uma boa distribuição de atribuições de tarefas entre o livro e a sala de aula.

É evidente que no âmbito mesmo dos processos mais diretamente “mediáticos” a escrita se ocupa de tarefas que não podem ser realizadas por imagem/som – tanto na exteriorização, como na objetivação, como para a interiorização. Isso não deve ser confundido com a *manutenção* da “cultura escrita” (no sentido de ser esta a lógica “de referência”). Trata-se, justamente, de articulações segundo as quais os procedimentos da escrita exercem tarefas pertinentes a serviço da mediatização.

Supõe-se que os padrões interacionais da cultura

escrita ainda permaneçam hegemônicos no campo acadêmico – mas que distribuição de ênfases e de tarefas será feita, que partilhas devem ser buscadas com a mediatização? Com que conseqüências para a produção do conhecimento? A ausência de respostas sociais bem elaboradas para tais questões é ainda uma evidência da incompletude.

Percebe-se que uma sociedade em vias de mediatização deve fazer longas prospecções e experimentações setoriais e gerais até que se possa desenhar com clareza distribuições e articulações plausíveis de tarefas e de valores entre processos tecnologizados modernos, interações segundo lógicas da escrita e interlocuções segundo um perfil de processualidade oral.

* * *

Em correlação com os pontos acima, encontramos também *lacunas no processo de legitimação*. Não se trata apenas de os processos mediatizados não estarem ainda generalizadamente aceitos como legítimos na sociedade. Mais que isso, trata-se do conceito, como expresso por Berger e Luckmann (1983, p. 127), de que os processos de interação são responsáveis pela legitimação da realidade percebida – por torná-la objetivamente plausível e acessível. Isso corresponde a dizer que devem *realizar a integração de diferentes processos na totalidade da ordem institucional*: (a) a totalidade deveria ter sentido para os participantes de diferentes processos; (b) a totalidade da vida do indivíduo, na sucessiva passagem pelas várias ordens de uma ordem institucional, deve ser tornada subjetivamente significativa.

A credibilidade dos processos de interação, assim, se vincula a sua capacidade legitimadora das realidades com que interage (gerando consistência, percepção de continuidades, estabilidade, etc.). No núcleo mesmo da produção de conhecimento social caracterizado como “atualidade”, constata-se hoje um esgarçamento dos padrões de credibilidade habituais (logo, de legitimação do real) organizados pelo jornalismo no desenvolvimento da cultura escrita; e sua passagem para processos

tecnologi-camente mais inclusivos e dotados de maior penetrabilidade.

A questão da legitimação é talvez um dos elementos mais espinhosos no processo – em grande parte pelo fato de que, com a ênfase no pólo receptor, uma grande parte dos processos interacionais da mediatização se voltam para a construção de “imagens” que, justamente sendo percebidas, de modo generalizado, como “construídas”, apresentam a dificuldade de se substanciar em base de legitimação (não apenas de serem consideradas legítimas – mas de serem legitimadoras).

* * *

Outra forte indicação da incompletude sistêmica é o próprio fato de a mediatização *não ter gerado ainda modos sustentáveis, relevantes, flexíveis, produtivos e generalizados de socialização*. Nem sequer sabemos, ainda, que objetivos e processos de socialização serão relevantes em uma sociedade na qual a mediatização seja o processo interacional de referência.⁹

colunista da imprensa – assumindo a geração de um discurso de comutação entre o mundo médico e a sociedade geral.

⁹ Malgrado os desenvolvimentos educacionais realizados em torno de conceitos como “leitura crítica”, “educação para

Berger e Luckmann observam (1983, p. 87) que os principais movimentos da atuação recíproca entre o homem e o mundo social são: exteriorização (a sociedade é um produto humano); objetivação (a sociedade é uma realidade objetiva); interiorização (o homem é um produto social). Através desse processo dialético, ocorreria a socialização, correspondente à “introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade” (idem, p. 175). Envolve também, é evidente, a interiorização da sociedade no indivíduo.

Sabemos que a maioria das interações pontuais com e sobre objetivações mediáticas (diferentemente da escrita) não exige formação prévia. Pode-se, portanto, desenvolver toda uma forte circulação de processos na sociedade, produzindo efeitos os mais diversos – de abrangência como de grau de incidência, com variedade qualitativa. Pode-se interagir com múltiplos sub-universos através das mediações variadas que os participantes sociais trazem para as interações. Por outro lado, isso não significa

que boas competências de interação prescindem de preparo individual e social, de aprendizagens e de socialização. A processualidade mediática não requer longas formações para a participação em interações pontuais – mas uma socialização na processualidade complexa da mediatização não se reduz a tais inserções singulares.

Como desenvolver uma socialização generalizada para a produção e para edições interpretativas complexas? A insuficiência de “competências sociais” definidas, no atendimento das próprias lógicas do processo (e que resulta naquela situação de papéis sociais muito experimentais) é justamente uma lacuna de socialização – e de condições de socialização organizada – da práxis social.

* * *

a mídia” e “educomunicação”, a sociedade em geral ainda não desenvolveu formas canônicas para tratar a questão.

¹⁰ Certamente há muitas outras lacunas. Um bom trabalho de pesquisa e reflexão seria o levantamento de insuficiências e desafios interacionais da mediatização relacionados a suas próprias lógicas.

Finalmente, dentro do conjunto de lacunas que caracterizam a incompletude do processo, ¹⁰ observamos os *problemas de circulação, de retorno e de resposta social*.

É claro que uma das linhas de trabalho tecnológico tem sido a busca de “interatividade” – é sempre interessante acompanhar as questões técnicas, econômicas e políticas relacionadas a esta linha de ação. Mas nosso enfoque, aqui, é outro. Trata-se da existência muito incipiente, na sociedade, de um sistema de resposta que, *dentro das lógicas diferidas e difusas* do processo, responda com consistência a procedimentos de articulação e de crítica requeridos para a manutenção e para o desenvolvimento do sistema em termos de valores humanos e sociais – fazendo o processo ultrapassar suas vinculações excessivamente dependentes de valores econômicos, politicamente conservadoras do *status-quo* e/ou de reificação tecnológica.

Um sistema de resposta social é então alguma coisa bem mais complexa que a interatividade pontual, ou de retorno entre o receptor e o emissor. Pode incluir tais vetores, mas corresponde ao próprio processo de construção e de manutenção continuada de um desenho de interações – para apreender e constituir continuamente a realidade.

Entretanto, um sistema de resposta social existe – como procuro argumentar em outro texto (Braga, 2006).

Nem seria mesmo possível *falar* de mediatização como processo interacional se tais processos de circulação não existissem. A incompletude se manifesta em seu funcionamento despercebido, disperso, canhestro e insuficiente. Se um processo interacional não consegue se desenvolver para além deste ponto, não poderá atingir a capacidade efetiva de legitimação da realidade para ser assumido como referência – pois estaria aquém de legítimas expectativas sociais (gerais ou de setores críticos relevantes).

A cultura escrita, igualmente derivada dos interesses da instauração burguesa, gerou, apesar disso, produtos e processos interacionais de relevância humana e social – que afinal *dizem e são nossa realidade*. Enquanto as lacunas aqui assinaladas (dentre outras) não obtiverem bons desenvolvimentos de superação – particularmente no que se refere a perspectivas refletidas de socialização, em articulação com um bom desenvolvimento do sistema de resposta social – não se poderá afirmar que a mediatização seja, efetivamente, um sistema interacional de referência.

Outra bibliografia:

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura mediática, *Diálogos de la comunicación*, Lima, FELAFACS, s/d, p. 80-91.

SODRÉ, Muniz. O ethos mediático, in *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.